

PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 17,

§ 3º **Somente terão direito** a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente:

I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; **ou**

II - tiverem elegido pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

§ 5º Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º deste artigo é **assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido** que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

CLÁUSULA DE DESEMPENHO

Art. 17, § 3º: somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente:

I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou

II - tiverem elegido pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

A partir de 2030, com regra de transição desde 2018 (EC 97, de 2017)

Art. 17, § 5º: ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão

PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 17,

*§ 6º Os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Deputados Distritais e os Vereadores que se **desligarem do partido** pelo qual tenham sido eleitos **perderão o mandato**, **salvo nos casos de anuência do partido ou de outras hipóteses de justa causa** estabelecidas em lei, **não computada**, em qualquer caso, a migração de partido para fins de distribuição de recursos do fundo partidário ou de outros fundos públicos e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.
(Incluído pela Emenda Constitucional nº 111, de 2021)*

PERDA DO MANDATO

Art. 17, § 6º: Deputados e Vereadores que se desligarem do partido perderão o mandato, SALVO:

anuência do partido

outras hipóteses de justa causa

não computada a migração de partido para fins de recursos do fundo partidário, outros fundos e de acesso gratuito ao rádio e a TV

PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 17,

§ 7º Os partidos políticos devem aplicar no **mínimo 5% (cinco por cento)** dos recursos do **fundo partidário** na criação e na **manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres**, de acordo com os interesses intrapartidários. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 117, de 2022)*

§ 8º O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas **candidatas**, deverão ser de **no mínimo 30% (trinta por cento)**, proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário. *(Incluído pela Emenda Constitucional nº 117, de 2022)*

PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 17,

*§ 9º Dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos políticos devem, obrigatoriamente, aplicar **30% (trinta por cento) em candidaturas de pessoas pretas e pardas**, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 133, de 2024)*

QUESTÕES

1) **Q3662625** : 2025 Banca: Instituto Avança São Paulo Órgão: Câmara de Itupeva – SP Cargo: Técnico Legislativo - Área: Administração Geral

Acerca dos Direitos Políticos é correto afirmar, exceto:

A . Os direitos políticos formam o conjunto das prerrogativas atribuídas a uma pessoa, que lhe permite ter efetiva participação e influência nas atividades de governo através do voto, do exercício de cargos públicos ou do uso de outros instrumentos constitucionais e legais.

B . A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

C . O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos.

D . O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos.

E . Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

2) **Q3658767** Ano: 2025 Banca: Fundação Carlos Chagas Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região Cargo: Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador Federal

Joaquina pretende se candidatar ao Governo do Estado onde tem seu domicílio eleitoral nas próximas eleições. Se eleita, O seu mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça

A . Estadual no prazo de 15 dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, sendo públicos os atos processuais dessa ação, em decorrência do princípio da transparência.

B . Eleitoral no prazo de 30 dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, sendo públicos os atos processuais dessa ação, em decorrência do princípio da transparência.

C . Estadual no prazo de 30 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, sendo públicos os atos processuais dessa ação, em decorrência do princípio da transparência.

D . Eleitoral no prazo de 15 dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, tramitando a ação em segredo de justiça.

E . Eleitoral no prazo de 15 dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, tramitando a ação em segredo de justiça.

3) **Q3653574** Ano: 2025 Banca: Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências Órgão: Prefeitura de Marau – RS Cargo: Fonoaudiólogo

A Constituição Federal de 1988 prevê algumas regras aos partidos políticos. A partir disso, analise as assertivas abaixo:

- I. É vedada a utilização de organização paramilitar pelos partidos políticos.
- II. Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
- III. Dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais os partidos políticos devem, obrigatoriamente, aplicar 60% em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias.

Quais estão corretas?

- A . Apenas I. B . Apenas II. C . Apenas III. D . Apenas I e II. E . I, II e III.

4) Ano: 2025 Banca: Instituto Quadrix Órgão: Conselho Federal de Odontologia Cargo: Técnico Administrativo

A condenação criminal transitada em julgado constitui uma hipótese em que a Constituição Federal de 1988 permite a cassação dos direitos políticos do cidadão.

5) **Q3635889** Ano: 2025 Banca: Fundação Getúlio Vargas Órgão: Tribunal de Contas de Roraima Cargo: Auditor de Controle Externo

João está no curso do seu primeiro mandato eletivo como governador do estado Alfa e almeja concorrer a um cargo na eleição a ser realizada no fim do último ano do seu mandato. Ao analisar a sistemática constitucional, em relação a possíveis limitadores da sua capacidade eleitoral passiva, João concluiu corretamente que

A . pode concorrer a qualquer cargo eletivo, com exceção do cargo de governador do estado Alfa.

B . somente pode concorrer a um cargo eletivo no âmbito do Poder Legislativo, não do Poder Executivo.

C . somente pode concorrer ao cargo eletivo de governador do estado Alfa, quer se desincompatibilize, quer não.

D . para concorrer a outro cargo eletivo, que não o de governador do estado Alfa, deve se desincompatibilizar no prazo exigido.

E . está inabilitado para o exercício de outra função pública, mas pode concorrer mais uma vez, de modo consecutivo, na eleição para governador do estado Alfa.

1 - E

2 - E

3 - D

4 - E

5 - D